

Tese da OPOSIÇÃO DE RESISTÊNCIA CLASSISTA-ORC / FOB ao VIII congresso do Sindiute

*É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer...
Rondó da Liberdade, Marighella*

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL / NACIONAL

O mundo experimenta uma II Guerra Fria. Diferente da primeira, que era um conflito ideológico/econômico, a II Guerra Fria é uma guerra por recursos minerais e energéticos. Os dois blocos: Sino-Russo e EUA/UE, apesar de manterem relações econômicas entre si, ampliaram a disputa neoextrativista na periferia do capitalismo e fortalecem uma nova onda de colonização e no Brasil, o colonialismo interno. A guerra na Ucrânia, assim como os demais conflitos tem um componente em comum, as disputas por recursos minerais e infrapoder energético, mas apontam uma elevação de escala de conflito que é a disputa por áreas de influência econômica e militar. Essa guerra em particular acelerou o processo de transição energética na Europa, sintetizado no documento REpowerUE.

Vários conflitos na periferia derivam dessa disputa entre os blocos, porém, reduzir todos esses conflitos à apenas “Guerra Híbrida” ou “Revoluções Coloridas” denota puro centralismo econômico/militar típico de um marxismo ortodoxo acrítico, como se as decisões dos impérios fossem fatores determinantes, o argumento incorre em reducionismo pois abstrai contradições de classe, sociais, políticas, estruturais e conjunturais. Jogar justas manifestações por direitos, como as que ocorreram no Brasil em 2013 no colo da CIA é tudo o que o imperialismo precisa para se fortalecer ideologicamente na periferia.

Apesar dos conflitos interestatais, a luta dos povos crescem na periferia do capitalismo. Exemplo claro é a revolução levada a cabo em Rojava, no Curdistão. Lá, exércitos populares compostos por homens e mulheres expulsaram o DAESH (Estado Islâmico) na bala e aceleraram a coletivização das terras, realizando uma revolução socialista, feminina e ecológica no Oriente Médio. Esta revolução é ameaçada pelo neootomanismo turco e as disputas da Rússia e EUA na Síria.

As conjunturas se conectam através do desmonte da Petrobrás, a venda da Lubnor em Fortaleza como necessidade do entreguista Bolsonaro/PL de liquidar o infrapoder energético brasileiro e entrega-lo aos imperialismos estrangeiros como forma de buscar apoio para se manter no poder ou evitar grandes processos quando de sua queda.

O levante popular de junho de 2013 expôs as contradições de classe e os limites do reformismo como política. A política apresentada por quase todas as organizações marxistas e socialdemocratas, partidos políticos e sindicatos foi contrarrevolucionária. Alinharam-se ao Governo, à Polícia e a mídia burguesa. A sua análise teórica da realidade foi equivocada ignorando as contradições de classe e sociopolíticas profundas que se manifestaram. Os governos LuloPTistas fortaleceram o duplo mercado de trabalho, gerando uma contradição geracional e ocupacional. A massa de trabalhadores superexplorados e precarizados é vista apenas como alvo de políticas compensatórias, e não como protagonista. Daí as contradições entre as burocracias sindicais e partidárias e os diferentes setores mobilizados naquele levante popular. Não à toa, anos antes as greves nas Mega Obras do PAC foram greves combativas que enfrentaram governos, empresários e a burocracia sindical.

A resposta do Lulo Petismo foi criar uma narrativa de que o Levante de Junho de 2013 foi um movimento financiado pelos EUA. Nada mais falso, mas expressa como a aristocracia sindical interpreta os movimentos sociais: todo movimento deve ser construído e gerado pelas burocracias em reuniões de Centrais sindicais, e tudo que foge a essa dinâmica, é combatida. Enquanto a traidora CUT conciliava com os governos na era LuloPetista, aceitando a reforma da previdência de 2004 (governo Lula/PT) ou formulando o **Acordo Coletivo Especial – ACE, flexibilização das leis trabalhistas elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/CUT** diversos movimentos de bairro, estudantis, culturais, movimentavam politicamente as bases, que naquele momento não se identificavam mais com o PT. Surge o MPL, nascido também de dissidentes da Juventude Revolução/JP, juventude da corrente OTrabalho/PT quando em 2002/3 enfrentaram duras lutas em Florianópolis para derrotar o aumento de passagens e se nacionaliza nesta primeira década, surgindo o MPL que apesar de sua confusão interna, organiza os estudantes por uma pauta concreta.

O golpe parlamentar de 2016 fortaleceu o setor clerical-militar que aplicaram a uma política de morte no Brasil. Temos um desastre social e ambiental em curso Ao observarmos o reacionário governo Bolsonaro/PSL entendemos que há duas grandes

frentes de ação: a) por um lado lava as mãos e, como um sádico, assistiu o povo ser vitimado por Covid-19, jogados no desemprego e na informalidade, sofrerem com o baixo poder aquisitivo e a escassez alimentar e b) atua de maneira eficaz na retirada de direitos dos trabalhadores. Exemplos são as reformas da previdência, administrativa, desmantelamento dos órgãos de proteção ambiental e congelamentos salariais e a manutenção do sanguinário teto dos gastos.

A **demora da liberação do auxílio emergencial** piorou as condições de vida, aumentando a **necessidade de exposição de milhares de pessoas tendo que trabalhar para matar a fome**. A naturalização da morte de mil pessoas por dia veio acompanhada do movimento de reabertura do comércio pelos governadores, que cederam a pressão do empresariado, levando a novas ondas de contaminação e elevação de mortes.

Os cenários que se apresentam são: a) aumento da degradação nas condições de direito e trabalho; b) a piora das condições de atendimento do povo aos serviços públicos encaminhando rapidamente a privatização destes; c) o fim dos planos de cargos e carreiras (incluindo a estabilidade do servidor – que sofrerá assédio em demasia); d) naturalização da destruição ambiental como política de Estado; e) o genocídio das populações pobres, indígenas e negras, que estão sofrendo de Covid-19 de carestia alimentar e financeira, de agressão armada pelo Estado ou latifundiários; f) desmonte e privatização da Petrobrás.

Apresentamos como bandeiras:

- Passe Livre já! Baixar a tarifa até zerar!
- Liberdade imediata de todos os presos políticos, com arquivamento de todo processo criminal!
- Fim das privatizações (saúde, educação, espaços públicos, meio-ambiente e recursos naturais)!
- Todo apoio ao povo curdo e demais povos em luta pela autodeterminação e pelo socialismo;
- Abaixo o estado de exceção e o Ajuste fiscal!
- Ruptura imediata com a CUT!

2. POLITICAS EDUCACIONAIS

*Há os que têm vocação para escravo, mas há os escravos que se revoltam contra a
escravidão...*

Rondó da Liberdade, Marighella

Não é de hoje que as políticas educacionais estão sendo compradas, subsidiadas pelos grandes organismos internacionais e empresariado do ramo educacional. Desde a década de 90, esses agentes do capital iniciaram um processo de reformulação e reorientação de políticas educacionais para países do terceiro mundo com o objetivo de formar trabalhadores sem consciência crítica de forma eficiente, rápida e com o mínimo gasto financeiro possível e atender as demandas do capital.

Para acompanhar esse processo de transformação educacional reformas foram realizadas nessas últimas décadas no campo educacional e nos seus diversos níveis de ensino. Temos como exemplo no governo Lula/PT o enorme investimento em programas de bolsas para instituições superiores privadas como PROUNI. Fazendo crescer o grande comércio da educação no país, repassando dinheiro público para a iniciativa privada.

Apesar de ter sido aprovada no governo Temer em 2017, a BNCC foi uma política prevista no documento “Pátria Educadora” de Dilma/PT, alterando de forma impositiva o conteúdo ofertado para o ensino médio que será baseada na BNCC. No texto da reforma as escolas não serão obrigadas a ofertar todos os conteúdos previstos, esvaziando de conteúdo o ensino médio e aprofundando as desigualdades educacionais no país. Essa reforma abre caminhos para o avanço da educação a distância (EaD) pois permite que a o ensino médio ofereça parte do seu currículo nessa modalidade.

Da mesma maneira que a Reforma do Ensino Médio e a Reforma das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é uma política prevista no mesmo “Pátria Educadora” de Dilma/PT. **Portanto, os governos PT tem participação na formulação dessas políticas privatistas!**

A BNCC prevê 60% dos conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores obrigatoriamente em sala, tornando-se um documento impositivo que nega a autonomia do professor. Apesar dos 40% restante dos conteúdos serem de livre escolha do professor,

eles podem ser ofertados via EAD. Na EJA o percentual de EAD pode chegar a 100%¹. No contexto de Estado de Exceção e de ajuste fiscal com a **E.C. 95** (teto de gastos) que congela os gastos públicos por 20 anos, é óbvio que o conteúdo ofertado em EaD será aplicado por empresas privadas que lucrarão com dinheiro público. Nas avaliações nacionais (avaliações homogeneizadoras e mercadológicas) cobrarão apenas aqueles conteúdos impostos pela BNCC, ou seja, os conteúdos que apenas servem para a inserção do jovem no mercado de trabalho com a mão de obra barata. Dessa forma, a BNCC causa um profundo esvaziamento científico no processo de ensino nas salas de aula.

A BNCC nega a ideia integral de currículo se tornando um documento normatizador, que desconsidera o processo de ensino pensando apenas no resultado final. A forma de construção e imposição dessas bases dispensa ainda a diversidade que encontramos em sala de aula, seja de gênero, condição social, nível de aprendizagem, corroborando para uma educação homogeneizadora e tecnicista.

Ao definir as aprendizagens a serem desenvolvidas durante as fases de educação básica, as bases nacionais também influenciarão nas diretrizes para os cursos formação de professores no ensino superior, levando ao esvaziamento científico nos cursos de Pedagogia e demais licenciatura. A BNCC e as outras reformas implantadas são ataques diretos a educação pública, precarizam e privatizam o que é direito básico do povo.

Essas reformas não levam em consideração a realidade das escolas e dos profundos cortes que os governos realizam durante anos na educação. Além de induzir a produção de avaliações externas totalmente descontextualizadas que visam esconder as questões estruturais colocando a culpa do fracasso escolar nos professores, alunos e famílias.

Os estudantes da rede municipal de fortaleza possuem uma histórica defasagem de carga horária em relação aos estudantes da rede estadual de ensino, por exemplo. Nossos estudantes tem 4h/a por dia enquanto os estudantes da rede estadual tem 5h/a por dia. Ao final de um ano, o estudante da prefeitura teve um déficit de 200h/a. Se esse estudante permanece na rede municipal de ensino do sexto ao nono ano, o déficit é de 800h/a somado os quatro anos do ensino fundamental II, o equivalente a um ano de aula

¹ Art 10, resolução nº 1 de 28 de maio de 2021

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192

a menos. É preciso que lutemos por mais acesso à ciência, entendida aqui como conteúdo sistematizado pela humanidade. Para isso, devemos lutar para reduzir o tempo da hora aula, de 55 mins para 50 mins, e ampliar o tempo que o estudante do fundamental II vai estar na escola, para pelo menos, 5h/a, seguindo a mesma proporcionalidade nas Escolas de Tempo Integral.

É preciso que as entidades sindicais de trabalhadoras/es da educação, além de combater os projetos privatistas, construam um projeto de educação emancipador que aponte para a construção de uma nova sociedade, socialista, sem a exploração do ser humano pelo ser humano, que respeite a pluralidade étnico/racial e a diversidade de gênero.

Defendemos:

- Fim da Meritocracia!
- Combate à precarização do trabalho; dupla função, polivalência e terceirizações. Defesa do concurso público!
- Fim da avaliação externa: as avaliações devem ser debatidas pela comunidade escolar!
- 1 matrícula, 1 escola! Nenhuma disciplina com menos de 2 tempos!
- Conceber um projeto de Educação para as escolas proposta e elaborada pelo SINDIUTE-CE, precedido de conferências e de um congresso de educação exclusivo para este fim!
- Lutar por 50% da carga horária docente para planejamento e atividades fora da sala de aula!
- Aumento da carga horária, de 4h/a para 5h/a diárias para estudantes do fundamental II.
- Contra o fechamento de turmas!
- Redução do número de estudantes por turma! Pela abertura de mais escolas!
- Não ao Escola Sem Partido!
- Eleições livres e gestão democrática em todas as escolas de todas as redes!
- Contra a mercantilização do ensino!

3. POLÍTICA SINDICAL

Não ficar de joelhos que não é racional renunciar de ser livre. Mesmo os escravos por vocação devem ser obrigados a ser livres quando as algemas forem quebradas.

Rondó da liberdade, Marighella.

Balanco de greves E CONCEPÇÃO SINDICAL

Na cidade enfrentamos o bloco dos Ferreira Gomes e entramos 2016 buscando reajuste do piso. Sempre apontamos em assembleia que não devemos ter preciosismo com leis. No momento que reajuste do piso salarial for inferior à inflação em Fortaleza, devemos reivindicar um valor superior ao do piso. Porém a direção do Sindiute nem colocou a proposta para votação. Outra proposta que apresentamos em panfleto e em intervenções em assembléias foi a de que deveríamos construir um comando de Greve.

As greves de **2016 e 2017** tiveram uma característica centralista, onde o único fórum de deliberação, era a reunião de diretoria. As assembleias, nestes anos, eram meramente consultivas. A direção do Sindiute (ArtSind/CUT) seguia o seguinte roteiro: 1 – informes da direção; 2 – propostas vindas da direção; 3 – votação; 4 – momento para oradores. **O cúmulo do absurdo antidemocrático, impedir que a base se expresse com propostas na assembleia, pois quando a base conseguia se expressar, as votações já haviam passado.** Apesar da força da greve, parte da categoria não aderiu. Então a direção iniciou a estratégia de pedir aos “fura greve” que parassem em dias de negociação. Apesar da intenção de ampliar a adesão em dias chave, criamos uma dinâmica negativa na categoria e nisso, devemos fazer autocrítica pois reforçamos essa política. Com a ilegalidade nas costas, a direção majoritária (ArtSind/CUT) encaminha a proposta de suspensão da greve. Parte da categoria não concorda, a assembleia se divide e a desorganização era tamanha que nem crachá existia e a greve se encerra.

A greve de **2017** vai consolidar estratégia das “paralisações” de fura greves em dia de negociação, fortalecendo uma dinâmica negativa de “participação sem aderir” onde os fura greve trabalhavam normalmente e aderiam a um dia de paralisação em dias de negociação, colocando a greve em si numa situação complicada **onde parte dos grevistas se questionavam o que era necessário? Uma greve ou dias de paralisação?** A base em greve começou as assembleias com maior cobrança, o que foi obrigando a majoritária (ArtSind/CUT) a se adequar, chegando ao ponto de acatar a proposta da base, de um Comando de Greve. **Porém, um comando sem força real, meramente consultivo, sem**

poder deliberativo. Nessa instância surge a proposta de ocupação da SME que vai ter o objetivo de reoxigenar a greve, porém, sem sucesso. Por questões óbvias não citaremos quem apresenta a proposta. Saímos da greve sem nada.

Em **2018** rejeitamos a vergonhosa proposta da PMF que já vinha descumprindo a lei do piso desde 2016, a categoria decide pela greve que logo em seguida é decretada ilegal. Tendo que lidar inclusive com o impedimento das atividades de mobilização e piquete nas escolas. Ainda assim os professores decidem em assembleia pela manutenção da greve. O cenário desanimador da última greve dividiu a categoria entre os que alimentavam o medo de nenhum ganho real, e que acabaram voltando para as escolas e os que se sentiram ainda mais instigados ao enfrentamento.

A realização de zonais elegeu um comando de greve com representantes da base em seus respectivos distritos que mesmo em número pequeno conseguiu fazer oposição às medidas centralistas da diretoria em desmobilizar a categoria com terrorismos descabidos. Os professores mais uma vez decidiram pela continuidade, apesar de muitos terem retornado às escolas. Isso gerou um desgaste na categoria que numa assembleia seguinte decidiu pela suspensão, acatando a proposta da PMF de reajuste parcelado.

2019 marcou o primeiro ano do reacionário governo Bolsonaro/PSL. A categoria manteve um calendário de luta com paralisações pontuais contra os desmontes da Educação e a Reforma da Previdência a nível nacional e local. A agenda de mobilização ficou muito limitada às atividades de rua. O que no decorrer de novos atos, o esvaziamento passou a ser uma constante.

Em **2020** o reajuste da categoria no percentual do piso do magistério foi o fator de mobilização no começo do ano, que levou a categoria a uma paralisação de dias na câmara municipal que arrancou um reajuste parcelado e sem retroativo. Apesar do percentual do reajuste do piso ter sido maior que o de anos anteriores, a inflação também o foi. Portanto o piso salarial ainda é pouco para a valorização da categoria.

Nossas greves seguiram um ritual de deflagração com assembleias que não garantem o poder de fala à base antes da tomada das decisões, o que fortalece a direção ao passo que enfraquece a base. Base que vem perdendo pouco a pouco a “fé na luta” como instrumento de conquistas e vitórias e adere ao “comodismo” da paralisação dentro da greve. Todo esse roteiro fortalece a despolitização, os nossos algozes e enfraquece o poder da nossa categoria.

4. BALANÇO POLÍTICO, PLANO DE LUTAS E ESTRUTURA

A reforma da previdência estadual expôs o esgoto oportunista que o PT se transformou. Ao mesmo tempo que fará campanha para o Camilo Santana/PT ao senado, quando da aprovação da reforma da previdência estadual afirmava que este “não é PT raiz”, relativizando a participação da legenda na aprovação da reforma enquanto deputados estaduais do PT votaram a favor da reforma seguindo a cartilha bolsonarista.

REORIENTAR O SINDIUTE PARA GARANTIR DEMOCRACIA SINDICAL

"No primeiro de maio de 1980, 130 mil operários juntaram-se no Estádio da Vila Euclides. Desta vez a sustentação da greve veio das fábricas e dos bairros. Surgiam novas formas de ação e era reforçada a dinâmica desde a base. Foi fundamental naquele momento o Fundo de Greve, organizado fora do âmbito do sindicato oficial. O bairro tornou-se retaguarda (com atividades cotidianas de apoio) e oito mil participaram do Fundo de Greve." (TIBLÉ, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70. LUGAR COMUM Nº25-26, pp. 291)

Como compreendemos uma greve de base?

Entendemos que no momento em que uma greve é definida pela assembleia da categoria, o passo seguinte deve ser a suspensão informal da direção sindical enquanto durar a greve e a eleição do comando de greve, um poder paralelo ao do sindicato que dificulta a burocracia estatal a criminalizar e pôr na ilegalidade uma greve e resguarda nosso instrumento de organização e luta, o sindicato. Cria também a capacidade de renovação na vanguarda da categoria, reoxigenando na prática a mobilização permanente.

É falsa a argumentação daqueles que se opõem a um comando de greve neste modelo de que o comando de greve seja um organismo que se contraponha a diretoria sindical, pois as/os próprias/os dirigentes sindicais podem ser votadas para compor o comando de greve. Não entenderam que o Comando de Greve pode ser um instrumento para a construção do Poder Popular.

O Sindicalismo Revolucionário é a estratégia herdeira da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT (1864-1872/76) e de várias insurreições e lutas sociais mundo afora. O Sindicalismo Revolucionário – SR compreende que devemos construir uma nova sociedade, socialista, sem exploração através do fortalecimento do

Poder Popular. Mas essa sociedade não cai do céu. É tarefa deste congresso aprovar estruturas e instâncias que fortaleçam o Poder do Povo.

Nessa perspectiva do S.R., as greves são instrumentos de mobilização e organização autônoma da categoria e seguindo a estratégia do Sindicalismo Revolucionário é possível construir o poder popular para se contrapor e derrotar a estrutura social e econômica vigente.

Assim, na nova sociedade, a educação será gerida por professoras/es e estudantes através de suas entidades; as rotas de ônibus serão organizadas pelas associações de bairro e sindicato de trabalhadores em transporte; a saúde pelas entidades sindicais e conselhos populares e assim por diante, ou seja, autogestão da vida, sociedade e da economia. Sabemos que uma revolução não cai do céu, e que temos que construir a nova sociedade desde já.

Portanto temos a tarefa não só de, neste congresso, apontar para estratégias que possam evitar a retirada de direitos, mas avançar para a construção da grande falange popular que possa pôr abaixo esse sistema de exploração do ser humano pelo ser humano, de exploração dos recursos naturais à exaustão da terra e que leva a dominação de homens sobre mulheres e LGBTs, do sistema supremacista branco sobre povos negros e originários. Ou seja, da minoria de ricos sobre a maioria de pobres.

Fundo de greve

"No primeiro de maio de 1980, 130 mil operários juntaram-se no Estádio da Vila Euclides. Desta vez a sustentação da greve veio das fábricas e dos bairros. Surgiam novas formas de ação e era reforçada a dinâmica desde a base. Foi fundamental naquele momento o Fundo de Greve, organizado fora do âmbito do sindicato oficial. O bairro tornou-se retaguarda (com atividades cotidianas de apoio) e oito mil participaram do Fundo de Greve." (TIBLE, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70.

LUGAR COMUM N°25-26, pp. 291)

Identificamos que uma das razões pra parte da base da categoria ter receio em aderir a uma greve, é o sofrimento da reposição e o medo do desconto. Com governos mais reacionários podemos ter de enfrentar até o corte de ponto. Portanto precisamos estar preparados para essas situações. O fundo de greve na estratégia social democrata é um fundo para financiar carros de som, aluguel de cadeiras, espaço físico, material impresso, propaganda sobre as razões da greve. Entendemos que isso não retoma a tradição das caixas de resistência, presentes nas origens do sindicalismo como o conhecemos, ainda

no século XIX e XX. Em diversos contextos os trabalhadores criaram fundos para se prepararem para uma greve pois sabiam que a arma do patrão era não pagar os salários e forçar os grevistas, pela força da fome ou do empobrecimento, a voltar ao serviço. Então, como forma de contornar essa situação criaram fundos, caixas para resistir quando não houvesse mais salários. Assim como os trabalhadores de ontem que sangraram e morreram para que tivéssemos direitos, temos que retomar essa tática. Propomos que o SINDIUTE assuma a responsabilidade de **construir um Fundo de Greve com transmissão automática de 10% da receita mensal do sindicato para uso exclusivo na ajuda financeira aos trabalhadores que sofrerem corte de ponto em função do movimento.**

Eleições sindicais

Propomos que o mandato seja reduzido para três anos e limitação a uma reeleição (2 mandatos consecutivos), de modo a estimular a reoxigenação da vanguarda na base da categoria e acabando com a reeleição individual, como fez o SINASEFE-Nacional e o SEPE-RJ por exemplo. Não queremos a experiência de chefes iluminadas/dos. Queremos a experiência coletiva fortalecida pela participação e poder real da base!

Majoritariedade

Defendemos que a gestão de nosso sindicato seja feita de forma majoritária. O discurso de que a proporcionalidade é mais democrática é falso. O que há atualmente é uma confusão causada pela proporcionalidade. A base da categoria vê a “direção” divergindo da “direção” e não entende a composição política de “maioria” “minoría” entre as correntes. Todos se criticam, se acusam mutuamente e ninguém assume a responsabilidade pelos erros políticos cometidos pelo Sindicato, inclusive as correntes que são majoritárias. Como quase todas as correntes acabam conseguindo seu “quinhão” no processo de aparelhamento do sindicato, a proporcionalidade torna-se algo muito conveniente e de muito conforto para a burocratização nosso sindicato. A democracia operária não será garantida simplesmente na forma de composição da gestão de um sindicato. O que garante um processo democrático na luta sindical é o respeito às instâncias de base (zonais, conselho de representante, assembleias) e às posições dissonantes e minoritárias, garantindo-se espaço para a atuação de grupos de oposição. Algo que não vemos no Sindiute. Por isso defendemos esta mudança estatutária, a composição das direções do Sindiute deve seguir o princípio da majoritariedade.

Combate a estratégia parlamentar: A estratégia parlamentar tem causado nas bases a crença de que a participação política deve se limitar ao voto. Para as correntes do campo da esquerda reformista a via eleitoral, via indireta, será tão importante quanto a luta direta, então a participação no parlamento será apontada como um princípio e não como uma estratégia. No entanto, as teorias sobre a participação no parlamento não são devidamente explicadas às bases. O discurso dos setores progressistas se une aos setores reacionários reproduzindo a valorização da “importância do voto”. Cria-se um senso comum que repete a máxima que transformações virão pela via eleitoral. Desta forma, **a participação nas eleições burguesas vence a estratégia de organização, mobilização e luta** que é o que tem freado, de forma tímida, a ofensiva neoliberal em alguns países.

A estratégia de utilização do parlamento para encaminhar as demandas dos trabalhadores nos aparece como um consenso entre a maior parte da esquerda. Enquanto isso, as bases não identificam diferenças entre as candidaturas de pessoas ligadas aos movimentos populares (incluindo o sindical) e as de pessoas ligadas à burguesia. Isso tende a ser um dos motivos que podem ocasionar, por um lado, o afastamento da classe trabalhadora das entidades que poderiam organizá-las para uma maior mobilização, vide recente recorde de taxa de desfiliação, por pensar que sua diretoria está utilizando a entidade para benefícios pessoais ou partidários e, por outro lado, a crença de que as melhorias nas suas condições de vida são externas à mobilização da própria classe. Por isso, a atual luta dos trabalhadores contra as reformas e a degeneração como a que ocorreu com a CUT, por exemplo, tem de ser uma luta entre “concepções sindicais” que se expressam em duas perspectivas antagônicas: Classista e Combativa X Colaboracionista (Corporativista).

Propomos:

- Cedidos para mandato parlamentar ou para governos não poderão ser eleitos para nenhum cargo ou função em instâncias do sindicato
- Limitação a uma reeleição (2 mandatos consecutivos).
- Fim da proporcionalidade na composição da direção sindical.
- Prestação de contas com relatório periódico do licenciado sindical sobre suas atividades apresentado ao sindicato com livre acesso à categoria.
- Publicização da versão atualizada do Estatuto em formato PDF.